



## INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### **Tráfico de Escravos do Brasil para Lisboa no meado do Século XVIII – Uma Análise a Partir de Registros Alfandegários**

#### *Slave Trade from Brazil to Lisbon in the Mid-18th Century - An Analysis Based on Customs Records*

Bernardo Mussolin Jazra; Graduando em Ciências Econômicas FEA-RP/USP; beer@usp.br

Resumo: A mão de obra escrava africana foi vítima de uma migração compulsória durante o Tráfico Atlântico. Com destino às colônias europeias, os cativos eram empregados nas produções para exportação desses países. Contudo, sua presença não é restrita aos territórios coloniais, sendo também levados às metrópoles europeias. Na Europa, a demanda pela mão de obra estava vinculada, majoritariamente, a serviços domésticos. Porém, também eram destinados a outras atividades, geralmente aquelas mais pesadas e rejeitadas pelos trabalhadores livres. Nesse contexto, pretende-se investigar o fluxo de escravos existente entre o Brasil Colônia e Lisboa, capital e centro administrativo e mercantil de Portugal, durante o meado do século XVIII. Para isso, foram coletados dados de declarações alfandegárias presentes nos livros da Receita dos Gêneros do Brasil e da Receita dos Direitos Miúdos. Ademais, cruzando essas informações com os navios vindos do Brasil, pretende-se atribuir de qual capitania brasileira eram originários.

Palavras-chave: Tráfico de Escravos. Lisboa. Século XVIII. Registros Alfandegários.

Abstract: African slave labor was the victim of compulsory migration during the Atlantic Traffic. Destined to European colonies, the captives were employed in production for export in those countries. However, their presence is not restricted to colonial territories, being also taken to European metropolises. In Europe, the demand for labor was mostly linked to domestic services. However, they were also intended for other activities, generally those heavier and rejected by free workers. In this context, it is wanted to investigate the flow of slaves between Colonial Brazil and Lisbon, the capital and administrative and mercantile center of Portugal, during the mid-18th century. For this, were collected data from customs declarations from the books of the Receita dos Gêneros do Brasil and Receita dos Direitos Miúdos. Furthermore, by crossing this information with the fleets coming from Brazil, it is intended to attribute which Brazilian state they came from.

Keywords: Slave Trade. Lisbon. 18th Century. Customs Declarations.



## Introdução

O início do tráfico de escravos ocorreu em meados do século XV, com a instalação de feitorias portuguesas no litoral africano (Thomas, 1997). Esse comércio foi responsável pela migração forçada de cerca de 9 milhões de africanos, segundo as estimativas pioneiras de Curtin (1972). No entanto, dados mais recentes indicam que esse número supera os 12 milhões (Eltis e Richardson, 2010).

Nesse período, escravos africanos já eram levados a Portugal para servir como empregados domésticos (Klein, 2004). Eles vinham, principalmente, da costa da Guiné e de S. Tomé, além do norte de África e, em menor monta, da Índia (Fonseca, 2010). Almeida Mendes (2004, p.19) destaca a chegada em Lisboa de escravos provenientes da Feitoria: “*de Arguim vêm por ano para Portugal 700 a 800 escravos. De Maio de 1499 e Dezembro de 1501, saíram de Arguim para Lisboa 668 peças de escravos; de Março de 1505 e Agosto de 1508, outras 406 peças e de Agosto de 1508 a Junho de 1511, um total de 1510 escravos*”. Nesse sentido, Saunders (1982) estima uma população escrava próxima de dez mil pessoas (10% da população total) nessa cidade, por meio do recenseamento paroquial dos anos de 1551 e 1552. Segundo Godinho (1981), essa importação ocorria também para compensar o déficit populacional resultante da expansão ultramarina.

Avançando ao meado do século XVIII, o tráfico africano direcionava-se, regularmente, em grandes volumes para a América portuguesa em embarcações especializadas. A capital do império constituía o centro administrativo e mercantil de um vasto território controlado por Portugal, principalmente no Atlântico Sul. Nesse período, a população livre lisboeta somava 185.000 habitantes, enquanto a escrava compunha pouco mais de 9.000 pessoas, isto é, aproximadamente 5% do valor total (Venancio, 2012). Tendo em vista que algumas cidades coloniais, como Salvador, apresentavam uma população escravizada próxima ao desse último valor, o contingente de cativos em Lisboa pode ser considerado relevante (Almeida, 2020).



O estudo do fluxo de escravos a Portugal enfrenta dificuldades, visto que os dados são muitas vezes escassos e lacônicos (Lahon, 2004). Além disso, há também a questão do tráfico ilegal, que Henige (1986) define como um fenômeno que não poder ser ignorado, nem calculado. Isso pode ser evidenciado pela divergência de estimativas de chegadas totais. Lahon (2004) estima que, da segunda metade do século XV até o estabelecimento do Alvará de 1761<sup>1</sup>, entraram 400.000 cativos em Portugal; Stella (2000) aponta uma entrada de 800.000 escravos na Península Ibérica; e Silva (2013) calcula um valor de 500.000 levados ao solo português. Apesar da baixa taxa de reprodução natural dessa população, afetada pela alta taxa de mortalidade infantil, esses números ratificam a ideia de que os escravos em Portugal eram demograficamente relevantes (Lahon, 2012). Em oposição a essas estimativas, o Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (TSTD) indica que 4.642 escravizados chegaram em Portugal durante toda a vigência do tráfico<sup>2</sup>.

Nesse trabalho, usamos os registros alfandegários dos livros da Receita dos Gêneros do Brasil<sup>3</sup> e da Receita dos Gêneros Miúdos<sup>4</sup> para investigar tal fluxo entre 1752 e 1761. Ambos fazem parte da Mesa Grande, da Alfândega Grande do Açúcar. Por meio deles era feito o controle das importações de “produtos” vindos do Brasil, bem como da receita tributária proveniente dessa importação. Desse modo, neles eram registradas informações que nos permite caracterizar e quantificar o fluxo de escravos entre o Brasil e Lisboa no período proposto. Assim, procuramos entender tais fluxos nos últimos anos do tráfico de escravos para Portugal, destacando o perfil dessas pessoas e a sua origem no Brasil.

## 1. Fluxos e Valores

---

<sup>1</sup> Decreto que proibiu o desembarque de escravos nos portos portugueses, sendo que aqueles que chegassem após a publicação do Alvará seriam automaticamente libertados (Silva e Grinberg, 2011).

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org>>, consultado em 10 de abril de 2023. É importante destacar que nessa base há uma grande subestimação das entradas de escravos em Portugal.

<sup>3</sup> Depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - PT/TT/ER/A-A-C/026 – Liv. 559, 561, 562, 565, 568, 7128 e 7129

<sup>4</sup> ANTT - PT/TT/ER/A-A-C/002 – Liv. 563, 1224, 1226, 1227, 1229, 1230, 1231 e 1234.



Entre os anos de 1752 e 1761, as declarações de escravos dos livros da Receita dos Gêneros do Brasil e da Receita dos Gêneros Miúdos somam 3.409 cativos desembarcados em Lisboa. Infelizmente, não há registros para os anos de 1753 e 1754. Portanto, temos que esse volume está dividido dentro de oito anos desse intervalo. Nesse mesmo período, 108.882 escravizados chegaram ao Brasil, segundo os dados do TSTD. Ou seja, a importação da metrópole corresponde a pouco mais de 3%. Dessa forma, apesar do fluxo Brasil-Portugal ser pequeno se comparado ao África-Brasil, ele possui valores expressivos.

Nesses livros, os escravos eram declarados como “molequinho(a)”, “moleque(a)” ou “escravo(a)”. Portanto, a partir dessa categorização podemos extrair informações a respeito do gênero e do grupo etário dos escravos (Tabela 1). Além disso, em alguns poucos registros são mencionados sua condição de saúde, sua origem e sua cor ou a de seus pais.

Pelos dados da Tabela 1, vemos que a proporção de entrada de homens e mulheres era praticamente a mesma. Isso pode ser explicado pela natureza do trabalho que desempenhavam na metrópole. Apesar da mão de obra escrava estar difundida em diferentes setores na época (Lahon, 2004), é notável sua relevância nos serviços domésticos e nos trabalhos mais pesados e insalubres.

**Tabela 1 - Quantidade Total de Escravos**

Escravizados	Homem		Mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
“Molequinho”	682	40%	934	55%	1616	47%
“Moleque”	497	29%	570	33%	1067	31%
“Escravo”	520	31%	206	12%	726	21%
<b>Total</b>	<b>1699</b>	<b>100%</b>	<b>1710</b>	<b>100%</b>	<b>3409</b>	<b>100%</b>

Silva (1987) utiliza dados de 1763 de Oreiras, freguesia próxima a Lisboa, para apontar que cerca de 20% do trabalho doméstico não familiar era desempenhado por escravos. Além disso, Lahon (2004) destaca que os cativos eram preferíveis para esse serviço pois eram presos aos lares. Em contrapartida, os “criados” (trabalhadores remunerados, mas



que habitavam na mesma residência em que trabalhavam), possuíam a liberdade de trocar de lar, caso insatisfeitos.<sup>5</sup>

Nota-se também pela Tabela 1 um relativo equilíbrio entre os grupos etários, principalmente para os homens. Porém, os “molequinhos(as)” são os que mais aparecem nos livros. Gútierrez (1989) apresenta uma média de 542 menores importados pelo Brasil por ano entre 1734 e 1769, considerando apenas o entreposto de Luanda, o “*o maior porto negreiro africano ao sul do Equador*” (Florentino; Ribeiro; Silva, 2004, p. 89). Dessa forma, os valores encontrados aqui, apesar de elevados, são concebíveis, levando em conta a chegada desses menores ao Brasil.

Outra informação disponível nos registros alfandegários é o tributo cobrado pela importação dos escravos. Chamado de dízima, o imposto equivalia a um décimo do preço avaliado do bem<sup>6</sup>. Na Tabela 2, os valores encontrados estão organizados de acordo com a categorização dos livros.

**Tabela 2 - Tributos Pagos (em réis) por Escravo Importado**

Escravizados	Homem				Mulher			
	Mín	Máx	Moda	Média	Mín	Máx	Moda	Média
“Molequinho”	500	2200	1200	1116	500	2100	1200	1109
“Moleque”	1000	2200	1500	1482	1000	1900	1500	1454
“Escravo”	1000	3500	2000	1997	1000	3500	2000	2002
Total	500	3500	2000	1531,67	500	3500	1200	1521,67

<sup>5</sup> A mão de obra escrava masculina, por outro lado, vinha para sanar a carência de oferta para os serviços mais pesados dentro das cidades (Tinhorão, 1988). Dentre destes, podemos citar o trabalho nos transportes marítimo e fluvial (remadores e carregadores); no transporte terrestre (boleiros e carroceiros); e em outros ofícios, como sapateiros, barbeiros, seleiros, albardeiros, caixeiros e pedreiros (Rijo, 2018; Thomas 1997). Além desses, os cativos também exerceram em menor escala serviços de segurança em certas propriedades e compuseram parte de guardas pessoais (quando os senhores as possuíam), sendo isso essencial a uma cidade como Lisboa, onde o cotidiano era marcado pela violência urbana (Rijo, 2018).

<sup>6</sup> Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais. Tomo II, p. 34.



Pelas informações da Tabela 2, encontramos dois fatos notáveis: a tributação era vinculada ao grupo etário (e, conseqüentemente, à capacidade de trabalho dos escravos) e não havia diferença de valores entre os gêneros. Isso está de acordo com as conclusões de Didier Lahon (2004, p.77) para os registros dos livros da Casa da Índia, que também faz parte da Alfândega de Lisboa. Segundo ele: “*Na avaliação não entra em jogo nem a origem geográfica ou étnica dos cativos, nem o sexo. Só conta a idade.*”

Outro ponto que chama a atenção é a diferença entre os valores mínimos e máximos pagos. A cobrança dos valores mínimos coincide com os escravos registrados como “doentes”. Assim, pelo o seu valor ser menor, o imposto cobrado também era. Contudo, para os máximos, não há informação adicional nos registros que justifique essa maior tributação. Desse modo, podemos considerar que isso ocorria pelo preço atribuído a esses escravos ser superior por alguma característica ausente nos livros.

Para confirmar se as conclusões feitas sobre os impostos de importação são válidas, realizamos uma regressão linear. O modelo a ser estimado é:

$$Tributo = c + \alpha Mqnh + \beta Escravo + \gamma Doente + \delta Mulato + \theta Gênero + \epsilon$$

A variável *Tributo* é o imposto pago por escravo importado; *Mqnh* é uma dummy que assume valor 1 quando a nomenclatura usada no registro é “molequinho(a)”; *Escravo* é uma dummy que assume valor 1 quando a nomenclatura usada no registro é “escravo(a)”; *Doente* é uma dummy que assume valor 1 quando o escravo foi registrado como “doente” ou “aleijado”; *Mulato* é uma dummy que assume valor 1 quando o escravo foi registrado como “mulato”; e *Gênero* é uma dummy que assume valor 1 quando o escravo é homem. Os resultados da estimação estão organizados na Tabela 3.

**Tabela 3 - Resultados da Estimação**

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>P-valor</i>	<i>Estatísticas regressão</i>	
Interseção	1482,4722	8,5137801	174,13	0	R múltiplo	0,861
Mqnh	-362,121	8,8705101	-40,82	4E-271	R <sup>2</sup>	0,7413
Escravo	451,70071	10,441931	43,258	1E-295	R <sup>2</sup> ajustado	0,7407
Doente	-275,5376	47,617862	-5,786	8E-09	Erro padrão	189,26
Mulato	-27,05437	25,269421	-1,071	0,2845	Observações	2187





---

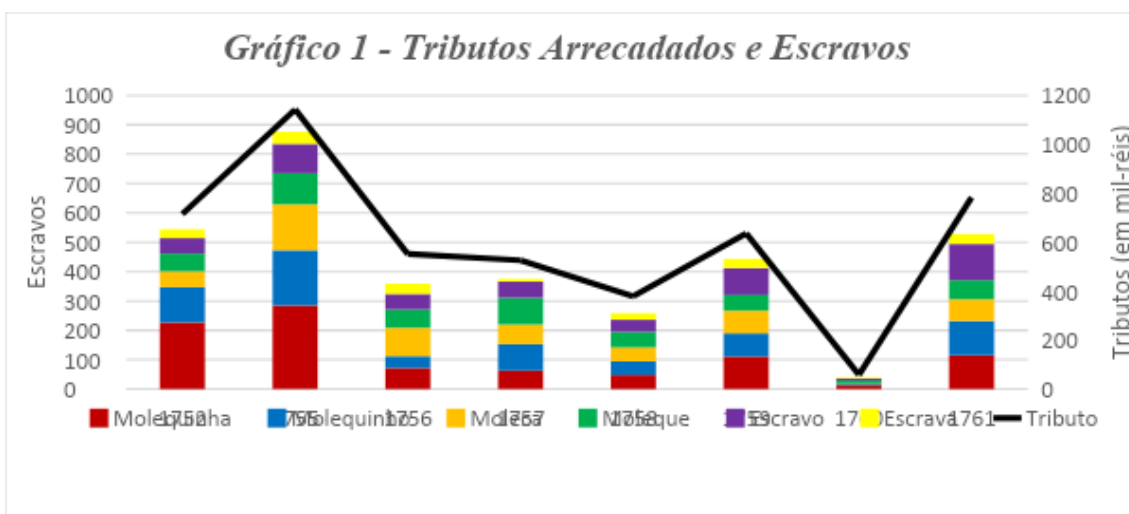
Gênero	11,597737	8,4905577	1,366	0,1721		Stat F	1249,9
--------	-----------	-----------	-------	--------	--	--------	--------

---

Segundo os resultados da estimação, as teses apresentadas anteriormente foram confirmadas. O coeficiente associado à variável *Gênero* é insignificante a qualquer nível usual, considerando o p-valor a ela associado. Assim, ela não tem efeito sobre o imposto cobrado. A mesma conclusão pode ser estendida para a variável *Mulato*. Contudo, o número de observações associado à essa informação (77) é baixo relativo à amostra. Portanto, não podemos afirmar que ela é irrelevante com certeza. O coeficiente negativo vinculado à variável *Doente* nos confirma seu efeito redutivo sobre os tributos. Por fim, as variáveis *Mqinho* e *Escravo* nos mostram que o imposto de importação é realmente crescente com o grupo etário. Como o coeficiente da primeira é negativo e o da última é positivo, o tributo pago pelos registrados como “Molequinho(a)” é menor do que os registrados como “Moleque(a)”. Por outro lado, o tributo pago pelos registrados como “Escravo(a)” é maior do que os registrados como “Moleque(a)”.

No Gráfico 1, dividimos o fluxo de escravos (divididos pelas nomenclaturas dos livros) e os impostos arrecadados com isso de acordo com os anos dos registros. A partir dele, fica evidente que quanto maior era a entrada de cativos, mais tributos eram arrecadados pela Alfândega de Lisboa. Outro fato que o gráfico revela é que o fluxo seguia certo padrão dentro do período de análise, variando de 300 a 600 cativos importados por ano. Em contrapartida, dois anos são atípicos: 1755 e 1760. No primeiro, houve a entrada de 935 escravos, já no último, houve registro de apenas 46.

O menor número de registros no ano de 1760 pode ser explicado pela pouca chegada de navios brasileiros em Lisboa nesse ano (Gráficos 2 e 3), discussão que será feita na seção seguinte. Já para 1755, chama a atenção que os registros estão concentrados no mês de setembro, poucas semanas antes do terremoto que causaria a destruição da capital portuguesa. Após essa catástrofe, a importação de escravos do Brasil só voltaria com valores consideráveis em setembro de 1756 (Gráfico 2).



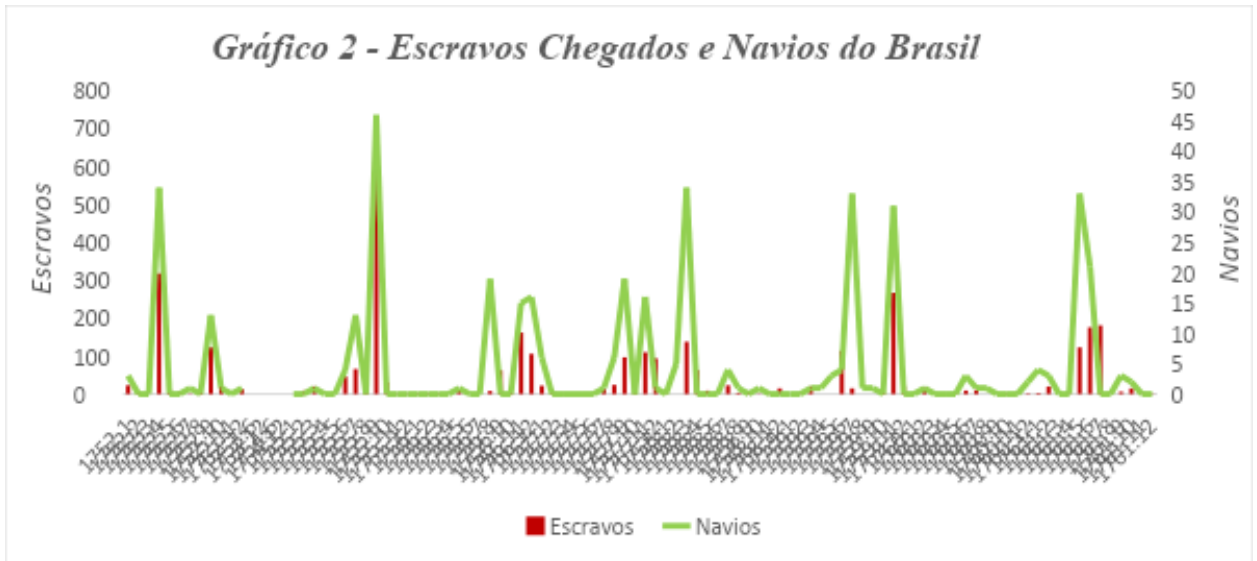
## 2. Origem

Como dito no início da seção passada, o registro da origem dos escravos é minoritário nos livros trabalhados. Apesar disso, cruzando os dados coletados com as informações do “Livro de Lembrança das Entradas e Saídas das Frotas Portuguesas, e de Outros Navios Para a América e Estados da Índia”<sup>7</sup> podemos relacionar as datas dos registros alfandegários com as datas das chegadas de navios vindos do Brasil. A partir disso, podemos atribuir a origem dos escravos de acordo com a capitania brasileira que os navios saíam.

Antes disso, confirmamos que os registros realmente tratavam de cativos vindos do Brasil por meio de alguns pontos. O primeiro é representado no Gráfico 2. Nele, temos a relação dos registros de escravos durante todo o período trabalhado com a chegada de navios do Brasil. Ele deixa claro como os registros nos livros trabalhados estão concentrados em meses em que há chegadas desses navios.

<sup>7</sup> ANTT - PT/TT/JC/A-D/12/1 – Junta do Comércio Liv. 74





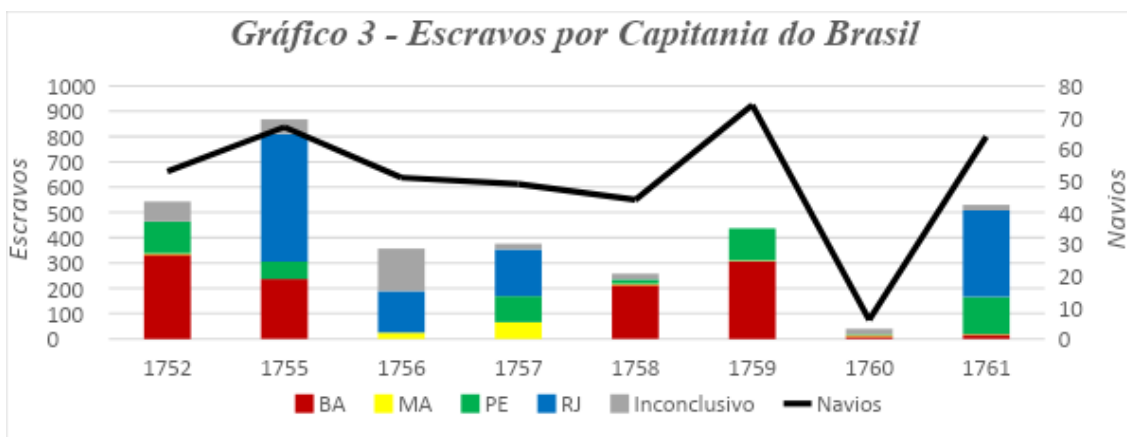
Além disso, há diversos casos em que os oficiais responsáveis pelas embarcações vindas do Brasil declararam escravos na Alfândega de Lisboa poucos dias após sua chegada. Um exemplo é o Capitão Domingos Ribeiro, que chegou na metrópole no dia 05/10/1752 e, no dia 07/10/1752, declarou uma “molequinha” em seu nome. Vários casos como esse se repetem até 1761.

Dessa forma, podemos realizar a atribuição da origem para sanar a falta dessa informação nos livros alfandegários. No entanto, esse método nem sempre funciona, visto que há semanas em que navios vindos de diferentes capitanias do Brasil chegaram à Lisboa. Por exemplo, entre os dias 19/07/1758 e 13/08/1758 chegaram 3 navios da Bahia, 1 do Maranhão e 1 do Rio de Janeiro. Em casos assim, em que não há informação da origem nas fontes e que as informações do Livro das Frotas são inconclusivas, consideramos a origem como sendo “inconclusiva”.

O resultado dessa atribuição está representado no Gráfico 3. Nele, novamente relacionamos os registros de escravos com os navios vindo do Brasil. Porém, agora a divisão é feita por ano e o fluxo está dividido de acordo com a origem atribuída. A partir dele, temos que a Bahia e o Rio de Janeiro eram as capitanias que mais enviavam cativos a Lisboa com, respectivamente, 1118 (33%) e 1199 (35%) do total de 3409. Já Pernambuco e Maranhão possuíam menor participação, enviando, respectivamente 589



(17%) e 112 (3%) escravos. Por fim, aqueles que não foi possível atribuir origem única somaram 391 (11%) indivíduos.



## Conclusão

A investigação dos livros da Receita dos Gêneros do Brasil e da Receita dos Direito Miúdos mostra que o fluxo de escravos do Brasil para Lisboa entre 1752 e 1761 era um fenômeno constante. Ademais, os valores aqui encontrados ratificam a importância que essa mão de obra tinha para a metrópole. A entrada de homens e mulheres era quase a mesma e havia relativo equilíbrio entre os grupos etários. Com relação ao tributo cobrado por essa importação, este dependia do preço que o cativo era avaliado, variando de acordo com a sua categoria etária e capacidade de trabalho. Por fim, cruzando os dados coletados com os navios vindos do Brasil, atribuímos a origem dos escravos de acordo com a data de registro e da chegada dessas embarcações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. “Valer-se da autoridade do trono para obter sua liberdade”: fuga e alforria - Bahia e Lisboa, 1761-1804. *Revista de História (São Paulo)*, n. 179, p. 1-43, 2020.

ALMEIDA MENDES, António de. Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI. *Africana Studia*, n. 7, p.13-30, 2004.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Univ of Wisconsin Press, 1972.



- ELTIS, David, e RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.
- FONSECA, Jorge Manuel Rios da. *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*. Lisboa: Colibri, 2010.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Vol. IV. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1981.
- GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, n. 120, p. 59-72, 1989.
- HENIGE, David. Measuring the Immeasurable: The Atlantic Slave Trade, West African Population and the Pyrrhonian Critic. *The Journal of African History*, v. 27, n. 2, p. 295-313, 1986.
- KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: Funpec, 2004.
- LAHON, Didier. Da redução da alteridade a consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 44, p. 53-83, 2012.
- LAHON, Didier. O escravo africano na vida económica e social portuguesa do antigo regime. *Africana Studia*, n. 7, p. 73-100, 2004.
- RIJO, Delminda. Os escravos na Lisboa joanina. *CEM Cultura, Espaço & Memória*, n. 3, p. 111-129, 2018.
- SAUNDERS, A. C. C. M. *A social history of black slaves and freedmen in Portugal, 1441-1555*. Cambridge University Press, 1982.
- SILVA, Álvaro Ferreira da. Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras, 1763-1810. *Análise Social*, p. 531-562, 1987.
- SILVA, Cristina Nogueira da; GRINBERG, Keila. Soil free from slaves: Slave law in late eighteenth-and early nineteenth-century Portugal. *Slavery & Abolition*, v. 32, n. 3, p. 431-446, 2011.
- SILVA, Filipa Ribeiro da. O tráfico de escravos para o Portugal setecentista: uma visão a partir do 'despacho dos negros da Índia, de Cacheo e de Angola' na Casa da Índia de Lisboa. *Revista de História*, p. 47-73, 2013.
- STELLA, Alessandro. *Histoires d'esclaves dans la Péninsule Ibérique*, Paris: Ed. EHESS, 2000.
- THOMAS, Hugh. *The slave trade: the story of the Atlantic slave trade: 1440-1870*. Simon and Schuster, 1997.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1988.
- VENANCIO, Renato Pinto. *Cativos do Reino: a circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19*. São Paulo: Alameda, 2012.